

## EDITORIAL

**A**presentação. Com este vigésimo segundo número da história desta Revista, encerra-se o volume 6 de *Avaliação*. Estamos entregando aos leitores mais um conjunto de estudos valiosos para a compreensão e o desenvolvimento da educação superior e de sua avaliação. Mas, ao lado da certeza da importância da contribuição desta Revista assegurada pela comunidade que com ela vem colaborando, também não podemos elidir os graves problemas que a todos nos assaltam. Chegamos ao fim de um ano vergonhoso para a história da humanidade. Todos estamos mais pobres, do ponto de vista da construção humana. A barbárie do terror, da guerra, da intolerância e da insensibilidade social, em variados graus e lugares, ainda que (paradoxalmente) alimentada pela alta tecnologia, desferiu um violento golpe no processo civilizatório, por distintas que sejam as diferentes manifestações e histórias dos povos, nestes tempos de decisiva encruzilhada. Também para a construção da universidade brasileira, este foi mais um ano de aprofundamento da crise. Os golpes que a universidade pública sofre também são desferidos contra o projeto e o futuro da nação. Quando a universidade pública é constrangida, a nação esmaece e o futuro se encurta. É significativo o aparecimento de livros cujos títulos ilustram com a força de metáforas expressivas os gravames dos impactos das políticas neoliberais de reestruturação da educação, particularmente no nível superior. A percepção da crise é um elemento comum à maioria dos estudiosos da educação superior nos anos recentes. Não estranham, portanto, as denúncias que os próprios títulos de recentes livros fazem a respeito da universidade. Ela que no Brasil já nascera "temporã", mal tendo tempo de construir uma relativa solidez em sua curta história e sem nunca ter experimentado plenamente a autonomia, agora se encontra "em ruínas", "desconstruída", "em escombros", "sitiada", "interrompida", "na penumbra" etc.. No campo da educação superior, palavras como democracia, participação, cooperação, cidadania vêm sendo substituídas por outras de distinta ordem, como mercado, produtividade, lucro, fiscalização, liberalização, flexibilização, competitividade, res-

ponsabilização, controle. Muitas palavras são as mesmas de sempre, porém novos sentidos, pertencentes a outra lógica, mais ao gosto do mercado e da desdemocratização lhes estão sendo pespegados, como ocorre por exemplo com autonomia, avaliação, qualidade. Autonomia se traveste de liberdade reduzida à escolha e à gestão dos meios para que aumentem a produtividade e a eficiência individuais e privadas e diminuam os gastos públicos. Avaliação se perverte em controle, fiscalização, informação aos consumidores e instrumento de supressão da autonomia. Qualidade desvia seu sentido e se traduz pelo aumento da quantidade de produtos, geralmente quantificáveis, comparáveis e de acordo com a lógica do mercado. Apanhados no turbilhão das transformações de paradigmas científicos, estamos, além disso, mergulhados em profundas crises políticas e éticas, que não nos dão o direito à neutralidade ou à omissão.

**Os textos.** Preocupações com as questões políticas, éticas, axiológicas estão presentes nos textos que ora apresentamos. Educação e avaliação são construções sociais, históricas, e, portanto, penetrados de valores e de grande significação política. Para *Afrânio Catani, João F. de Oliveira e Luiz Fernando Dourado*, a avaliação vem assumindo um papel central na intensificação do controle do Estado sobre a educação superior e na implementação de princípios e parâmetros de mercado nas políticas de reestruturação desse nível de educação. Constatam os autores que a avaliação da educação superior conduzida pelo MEC a partir da segunda metade dos anos 90 impõe a lógica produtivista à gestão das instituições e ao trabalho docente, baseada no desempenho e na contabilização dos resultados. *Stela Meneghel e Adolfo Lamar* chamam a atenção para o caráter político da avaliação. Ao contrário da crença na neutralidade e na ausência de valores, que se encontra em muitos meios, para os autores deste artigo a avaliação é uma construção social complexa que produz efeitos e significados no campo socioeconômico e político. Portanto, não é nada neutra, é penetrada de valores e têm efeitos políticos que interessam a toda a sociedade. Pensando assim, os

autores analisam as políticas de avaliação da última década produzidas no Brasil, à luz dos pressupostos epistemológicos e dos contextos históricos que as justificam. *Vicente de Paula Almeida Jr.* elabora uma reflexão sobre os papéis que a avaliação desempenha no Estado Avaliador, no contexto do reordenamento das políticas sociais. No Brasil, a avaliação da educação superior adquiriu foros de centralidade nas políticas de reestruturação. O que há de mais evidente nela é a implementação de programas de controle de resultados da performance de alunos e instituições. A revista *Avaliação* sempre se preocupou em desenvolver perspectivas comparadas e conhecer experiências de outros países. Em todos os números, há estudos que dão conta da dimensão internacional, particularmente da América Latina. Neste número trazemos textos que se referem a aspectos da avaliação em Portugal e na Argentina. *Marlis M. Polidori* apresenta aqui uma análise comparativa das políticas avaliativas da educação superior entre os contextos brasileiro e português. Seu trabalho ajuda a entender os fatores que influenciaram na criação dos respectivos sistemas de avaliação dos dois lados do Atlântico. Dentre os aspectos mais importantes das diferenças entre ambos os países estão a autonomia e a negociação. Diferentemente do Brasil, onde não há propriamente autonomia, a avaliação é imposta de cima para baixo com finalidade de controle e fiscalização e há uma tensão entre a comunidade acadêmica e o governo, em Portugal as universidades gozam efetivamente de autonomia, o sistema de avaliação é fruto de abertas discussões entre a comunidade acadêmica, representada pelos reitores, e o Estado, se baseia na confiança e tem sentido formativo e não-punitivo. Por sua vez, baseado em práticas conduzidas em universidades argentinas, *Pablo D. Vain* se ocupa da questão da avaliação da docência universitária. Assumindo que a avaliação é uma prática política e axiológica, portanto atravessada de controvérsias, postula que o trabalho do professor supõe múltiplas articulações. Sendo uma prática complexa e penetrada de contradições, a docência universitária não pode ser reduzida a uma atividade técnica e tampouco pode ser avaliada através de um número limitado de indicadores quantitativos. *Pedro Goergen* reflete sobre o que significa ser professor universitário, hoje. Logicamente, a crise de identidade da universidade, ampliada pelas mudanças paradigmá-

ticas na ciência e na sociedade, na economia e na cultura, acarreta uma grave crise também na identidade do profissional professor-pesquisador, ou seja, transmissor e produtor de conhecimentos, e conseqüentemente uma notável transformação dos sentidos de suas atividades de docência e pesquisa. *Kátia Stancato* nos convida a pensar na questão da qualidade de vida e no direito inalienável do ser humano à saúde. Num momento em que predominam os valores utilitaristas e as regras do mercado, seu trabalho se insere na lógica da valorização dos serviços de saúde e traz elementos de base para a avaliação do enfermeiro segundo a lógica dos valores humanos. Finalmente, é importante pensar no papel da universidade relativamente ao ensino de outros níveis. *Maria Amélia Zainko* relata a experiência de sua contribuição ao Sistema de Educação Divina Providência na construção de proposta pedagógica baseada em competências. A avaliação das práticas escolares tem aí o intuito de re-orientar o processo de formação e intensificar as relações entre as escolas e as comunidades locais. A avaliação, especialmente a auto-avaliação, é realizada como um processo educacional estreitamente vinculado ao planejamento estratégico e pedagógico.

#### **Renovação das assinaturas, livro e votos.**

Convidamos os leitores a seguirem conosco em 2002. Reiteramos a solicitação de que renovem sua assinatura. Além das quatro edições da Revista previstas para o ano, os assinantes receberão um livro sem nenhum ônus adicional. Esse livro tem como eixo central o tema da avaliação da educação superior e reúne alguns artigos publicados em números anteriores da Revista "*Avaliação*", devidamente revisados e atualizados por seus autores. Queremos manifestar nossos agradecimentos a todas as pessoas e instituições que nos ajudaram a produzir esta Revista ao longo deste ano. São muitos os que merecem nosso reconhecimento e a eles somos gratos. Em particular, agradecemos a Nilton Santos pelo trabalho de secretaria – dedicado, atencioso e quase anônimo. Sem ele e o apoio da Pró-Reitoria de Graduação da Unicamp, os exemplares de *Avaliação* não estariam chegando aos leitores. Bom final de 2001 e melhor 2002 a todos.

*José Dias Sobrinho - editor*